



Por determinação de Sua Excelência o
Presidente da A.R. a. DSATS

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>585530</u>
Classificação <u>1510</u>
Data <u>13/10/2017</u>

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A sua Excelência o
Presidente da Assembleia da República

13.10.17
A 1ª Comissão
Original à APP 2.ª
dist - 20-23
C

Nos termos legais e regimentais aplicáveis, as Deputadas e os Deputados abaixo-assinados
propõem os seguintes candidatos para o:

CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Maria Filipa Pires Urbano da Costa Galvão - Presidente
José Grazina Machado

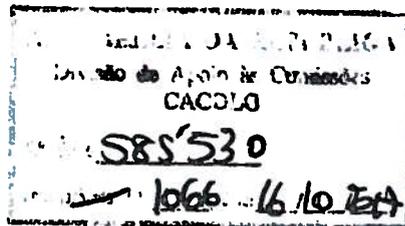
CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS DE PERFIL DE ADN

Maria João Baila Antunes - Presidente
Paulo Miguel da Silva Santos
Inês Dias Lamego

Junta-se as respetivas declarações de aceitação e curriculum vitae.

Com os melhores cumprimentos,

Palácio de São Bento, 13 de outubro de 2017



As Deputadas e os Deputados,

Maria João Baila Antunes
Maria Filipa Pires Urbano da Costa Galvão
Maria João Baila Antunes
Maria João Baila Antunes

Paulo Miguel da Silva Santos
Carlos Pereira
Bento Galvão
Paulo Miguel da Silva Santos
Maria João Baila Antunes
Maria João Baila Antunes

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos efeitos, que aceito ser candidata à eleição para presidente da
Comissão Nacional de Protecção de Dados.

Lisboa, 13 de outubro de 2017


(*Maria Filipa Pires Urbano da Costa Calvão*)

Maria Filipa Pires Urbano da Costa Calvão

Curriculum Vitae

Outubro de 2017

I DADOS BIOGRÁFICOS

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- Nome: Maria Filipa Pires Urbano da Costa Calvão
- Data de nascimento: 31/12/1970
- Nacionalidade: portuguesa

2. PERCURSO ACADÉMICO E ATIVIDADE LETIVA

- Professora Auxiliar da Faculdade de Direito (Escola do Porto) da Universidade Católica Portuguesa, desde Julho de 2010;
- Assistente na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto, entre Setembro de 1993 e Junho de 2010.
- Lecionação no presente ano letivo, na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa:
 - i. Da disciplina de Direito Administrativo na Licenciatura em Direito (Escola do Porto);
 - ii. Da unidade curricular *Procedimento Administrativo Global* no curso de Mestrado em Direito (Escola de Lisboa);
 - iii. Do módulo, no seminário sobre Direito dos Negócios no Mercado Global, intitulado «Proteção de dados pessoais no contexto global dos negócios» (Escola do Porto).

3. CARGOS E ATIVIDADES PROFISSIONAIS

1. Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Dados, desde maio de 2012;
2. Inscrição na Ordem dos Advogados (Conselho Distrital do Porto), desde 1995, com a cédula n.º 5828 P, a qual está suspensa desde maio de 2012, por força do exercício de funções em alto cargo público;
3. Vogal do Conselho de Direção da Faculdade de Direito da UCP (2003 – 2005);

4. Vogal do Conselho de Direção da Faculdade de Direito da UCP – Porto (1997 – 2002 e 2003 – 2005)

II. FORMAÇÃO

1. FORMAÇÃO ACADÉMICA

- Doutoramento em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em julho de 2009, com a dissertação «Cláusulas acessórias em direito administrativo. Da sua oposição aos actos administrativos e contratos administrativos sobre o exercício de poderes públicos», tendo obtido a classificação de *Aprovada com Distinção e Louvor* por unanimidade;
- Mestrado em Direito, na área de Ciências Jurídico-Públicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em setembro de 1997, com a dissertação «Os actos precários e os actos provisórios no direito administrativo», tendo obtido a classificação de *Muito Bom com Distinção* (dezoito valores);
- Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Centro Regional do Porto), no ano de 1993, com a classificação final de dezasseis valores.

2. OUTRAS QUALIFICAÇÕES

- Domínio da língua inglesa (*Certificate of Proficiency in English*);
- Conhecimento de outras línguas, em especial domínio de alemão e francês

III. PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

1. Livros

1. *Introdução ao Direito Público*, 4.^a edição, Almedina, Coimbra 2017 – lições em coautoria com Manuel Fontaine Campos e Catarina Santos Botelho;
2. «Os actos precários e os actos provisórios no Direito Administrativo», Universidade Católica Portuguesa Editora, Porto, 1998.

2. Principais capítulos de Livros

1. «O direito fundamental à proteção dos dados pessoais e a privacidade 40 anos depois», in *Jornadas nos Quarenta Anos da Constituição da República Portuguesa – Impacto e Evolução* (coord. M. Afonso Vaz, Catarina S. Botelho, Luís H. Terrinha, Pedro Coutinho), UCE-Porto2017, pp. 85-101;
2. Portugal (§16), In *Staatshaftung in Europa – Nationales und Unionsrecht*, ed. Oliver Dörr, pp. 505 – 542, De Gruyter, Berlin/Boston, 2014, pp. 505-536;
3. Anotação aos artigos 1.º, 3.º e 4.º do *Comentário ao Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas* (organização de Rui Medeiros), UCE, Lisboa 2013, pp. 53-74, 89-111;
4. «O regime de execução do ato administrativo no Projeto de Revisão do Código do Procedimento Administrativo», in *O Novo Projeto de Revisão do Código do Procedimento Administrativo*, UCE, Lisboa 2013, pp. 105-112, disponível em <http://www.uceditora.ucp.pt/> ;
5. «Golden-shares e a violação do direito da União Europeia – as consequências na ordem jurídica portuguesa», in *Colóquios*, Associação de Magistrados da Jurisdição Administrativa e Fiscal de Portugal (edição), Lisboa, 2010, pp. 171-183;
6. «Contratos sobre o exercício de poderes públicos», in *Estudos da Contratação Pública – I* (organização de Pedro Gonçalves), CEDIPRE, Coimbra Editora, Coimbra, 2008, pp. 327-370.

3. Principais artigos em revistas

1. «Anotação ao acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 3 de maio de 2016 (P. 73/16.4 PFCSC-A.L1-5)», in *Forum de Protecção de Dados*, n.º 3, julho/2016, Edição CNPD, pp. 69-71;
2. «Anotação ao Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 25 de junho de 2015», in *Forum de Protecção de Dados*, n.º 2, janeiro de 2016, Edição CNPD, pp. 134-135, também disponível em https://www.cnpd.pt/bin/revistaforum/forum2016_2/index.html ;
3. «A proteção de dados pessoais na Internet: desenvolvimentos recentes», in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 2 – 2015, pp. 67-84;

4. «O modelo de supervisão de tratamentos de dados pessoais na União Europeia: da atual diretiva ao futuro regulamento», in *Forum de Protecção de Dados*, n.º 1, julho/2015, Edição CNPD, pp. 36-48, também disponível em https://www.cnpd.pt/bin/revistaforum/forum2015_1/index.html ;
5. «Anotação ao Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia de 8 de abril de 2014 *Digital Rights Ireland, Ltd c. (C-293/12 e 594/12)*», in *Forum de Protecção de Dados*, n.º 1, julho/2015, Edição CNPD, p. 79-82, em coautoria com Clara Guerra, também disponível em https://www.cnpd.pt/bin/revistaforum/forum2015_1/index.html

2. PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES CIENTÍFICAS E CONSELHOS EDITORIAIS E DE REDAÇÃO DE REVISTAS

1. Membro do Conselho de Redação dos *Cadernos de Justiça Administrativa* (CEJUR), desde outubro de 2016;
2. Investigadora do Centro de Estudos e Investigação em Direito – *Catolica Research Center for the Future of Law*;
3. Associada do Centro de Estudos de Direito Público e Regulação (CEDIPRE), desde 2011;
4. Membro do Conselho de Redação da *Revista dos Contratos Públicos* (CEDIPRE), desde 2011.

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO

JOSÉ GRAZINA MACHADO, declara que aceita ser candidato à Comissão Nacional de Proteção de Dados, a designar pela Assembleia da República.


JOSÉ GRAZINA MACHADO

Torres Vedras, 11 de julho de 2017

Curriculum Vitae

JOSÉ GRAZINA MACHADO



Data de Nascimento: 03-08-1985 | Nacionalidade: Portuguesa

Experiência Profissional

EMPRESA: Manuel José Guerreiro & Associados, RL

Advogado – Associado (02 de Agosto de 2016 – a decorrer)

- Elaboração de informações e pareceres jurídicos. Participação em diligências processuais. Elaboração de peças processuais.
- Elaboração e celebração de contratos e actos jurídicos.
- Trabalho realizado nas áreas de Direito Civil, Direito Administrativo, Direito Fiscal, Direito Penal, Direito Contra-ordenacional, Direito Comercial, Direito das Sociedades Comerciais, e Direitos Processuais Civil, Administrativo e Penal.

EMPRESA: A.M.Moura & Associados, RL

Advogado – Associado (30 de Maio de 2016 – 30 de Junho de 2016)

- Elaboração de informações e pareceres jurídicos. Participação em diligências processuais. Elaboração de peças processuais.

EMPRESA: SASLBM & Associados, RL

Advogado – Associado (08 de Abril de 2013 – 20 de Maio de 2016)

- Elaboração de peças processuais.
- Elaboração e celebração de contratos e actos jurídicos.
- Trabalho realizado nas áreas de Direito Civil, Direito Comercial, Direito das Sociedades Comerciais.

EMPRESA: Faculdade de Direito da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Assistente (20 de Setembro de 2009 – a decorrer)

- Docência das disciplinas de Direito Processual Civil I e II, e Direitos Reais, no Curso de Licenciatura em Direito.
- Lecciona as aulas práticas.

EMPRESA: Faculdade de Direito da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Assistente (27 de Setembro de 2009 até 15 Janeiro de 2010)

- Estabelecimento de contactos entre os Auditores e os palestrantes convidados e residentes.
- Processamento de todas as questões administrativas e organizativas relativas ao Curso de preparação de ingresso no CEJ.

EMPRESA: Helena Pereira de Jesus & Associados, RL

Advogado-estagiário (01 de Janeiro de 2009 – 15 de Janeiro de 2013)

- Elaboração de informações e pareceres jurídicos. Participação em diligências processuais. Elaboração de peças processuais. Elaboração e celebração de contratos e actos jurídicos.

- Trabalho realizado nas áreas de Direito Civil, Direito Administrativo, Direito do Urbanismo, Direito Penal, Direito Contra-ordenacional, Direito Comercial, Direito das Sociedades Comerciais, Direitos Processuais Civil, Administrativo, Tributário e Penal.

Habilitações Académicas

▪ **Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL).**

Mestrado Científico em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas.

- **Média de Curso: 16 em 20. (Bom com distinção)**

Faculdade de Direito da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (FDULHT).

Licenciatura em Direito.

- **Média de Curso: 15 em 20. (Bom)**